



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 611/2012

Institui o Dia Estadual da Saúde Mental, a ser realizado anualmente no dia 9 de outubro.


Art. 1º Institui o Dia Estadual da Saúde Mental, a ser realizado anualmente no dia 9 de outubro.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

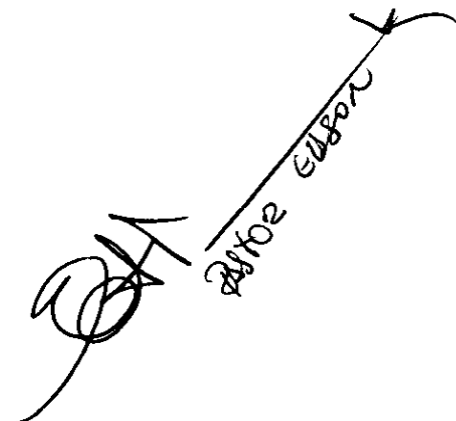
Art. ° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Roberto


Relator
Rafael


Aníbal Khury



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 263/2013

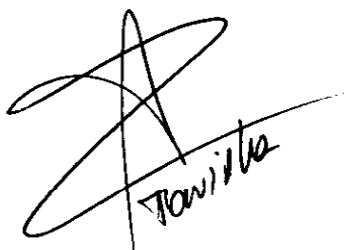
Denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.


Art. 1º Fica denominada de Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

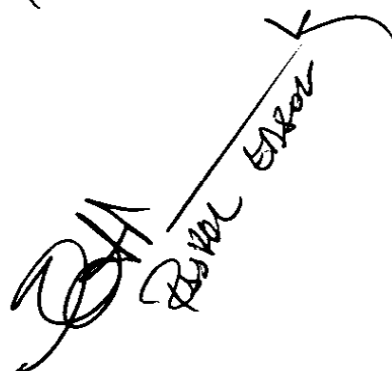
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Tawilka


Relator
Doré Lima


Doré Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 338/2013

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva – APMF Lucy Requião, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva – APMF Lucy Requião, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURÍ
Presidente


Relator 


20/9/13

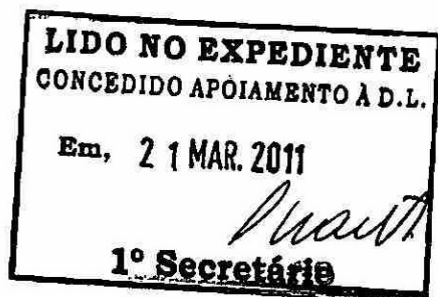

20/9/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PROJETO DE LEI Nº 203/11



PROJETO DE LEI Nº 203/11

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados.

“Art. 6º A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I - mudar seu domicílio para outro Estado;
II - deixar de comparecer ao Serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante 12 (doze) meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde;

III - quando receber alta clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo Único. Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômio oficial, o benefício será reduzido a 1/3 (um terço) do valor.”

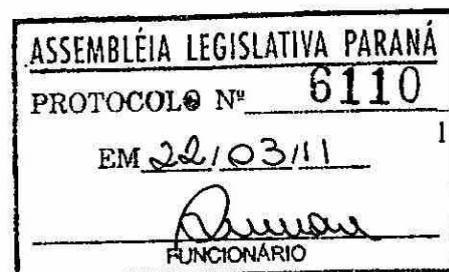
Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ALEXANDRE CURI
DEPUTADO ESTADUAL

GILBERTO RIBEIRO
DEPUTADO ESTADUAL

TADEU VENERI
DEPUTADO ESTADUAL



15:28 21/03/2011 08:138 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa modificar a redação do art. 6º da Lei nº 8.246/86. A referida lei permite o Poder Executivo efetuar mensalmente o pagamento de um salário mínimo aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho.

Justificamos tal proposição com a modificação do art. 6º da citada lei, visando conceder aos portadores desta moléstia, uma fonte de renda alternativa da Previdência Social. Assim sendo, pretende-se melhorar a qualidade de vida dos portadores desta doença assegurando sua sobrevivência.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – CCJ

PROJETO DE LEI Nº 203/2011

RELATOR PARA VOTO EM SEPARADO: DEPUTADO Pérides de H. Mello

Ementa: Concessão de pensão para pessoas com hanseníase. Alteração do art. 6º da Lei 8.246/86 visando a exclusão do inciso que cancela o pagamento para pessoas já amparadas pela previdência.

Síntese:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria dos deputados Alexandre Curi, Tadeu Veneri e Gilberto Ribeiro, que visa a alteração do art. 6º da Lei 8.246/86 objetivando a exclusão do inciso que cancela o pagamento para pessoas já amparadas pela previdência.

O referido projeto pretende assegurar aos portadores de hanseníase, definitivamente incapacitados para o trabalho, o pagamento pela Estado do Paraná, de um salário mínimo como fonte de renda alternativa ao e/ou complementar ao benefício da Previdência Social, para assegurar-lhes a sobrevivência com melhor qualidade de vida.

1 VISTA EM 04 / 06 / 2013

Dep. Nereu Maria

CCJ



Síntese da Tramitação:

Opina o eminente Relator que, o projeto estaria eivado de ilegalidade pois contaria legislação federal. Fundamenta seu parecer no disposto no artigo 3º da lei federal 11.520/2007 que assim dispõe:

Art. 3º A pensão especial de que trata esta Lei, ressalvado o direito à opção, não é acumulável com indenizações que a União venha a pagar decorrentes de responsabilização civil sobre os mesmos fatos.

Fundamentação do Voto em Separado

Sobre os aspectos que esta Comissão deve se pronunciar, o projeto será analisado no que tange à sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Ao contrário do embasamento do eminente Relator, a proposta ora analisada, não afronta a legalidade, pois, a lei Federal que fundamenta o seu parecer, com efeito, trata da matéria ora em análise. No entanto, o artigo 3º, acima descrito, está complementado com o Parágrafo Único com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

Parágrafo Único: O recebimento da pensão especial não impede a fruição de qualquer benefício previdenciário.

Ademais, disposição do art. 3º não se refere a pagamento acumulado de pensão e benefício previdenciário, mas, daquela com indenizações decorrentes de



responsabilidade civil sobre os mesmos fatos, pagas pela União, o que definitivamente não é o que propõe o presente projeto de Lei.

Efetivamente o INSS, definiu procedimentos para concessão de pensão especial, para o processamento, a manutenção e o pagamento da pensão especial mensal a pessoas atingidas pela hanseníase, submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia até 31 de dezembro de 1986, através da Instrução Normativa nº 30, com as orientações, que foi publicada no Diário Oficial da União de hoje 15 de julho de 2008. A pensão foi instituída em setembro de 2007 pela Lei nº 11.520. A IN esclarece que o benefício de caráter indenizatório pode ser acumulado com outros benefícios previdenciários e assistenciais. A pensão foi instituída pela Medida Provisória 373, de maio de 2007, convertida na Lei nº 11.520, de setembro.

Por outro lado, verifica-se também que a jurisprudência utilizada pelo eminente relator, para embasar seu parecer contrário ao presente Projeto de Lei é do ano de 2004 e que tal entendimento foi superado com o advento da Lei 11.520/2007 e pela Instrução Normativa do INSS, nº 30 de 15 de Julho de 2008. Portanto, não se sustenta o argumento de ilegalidade do PL 203/2011.

O que propõe o presente Projeto de Lei, é a possibilidade de haver, por parte do Poder Executivo Estadual, o pagamento, a título de indenização, de um salário mínimo mensal, aos portadores de hanseníase definitivamente impossibilitados para o trabalho, independentemente de qualquer benefício previdenciário que, naturalmente é pago pela União Federal.

Por esta razão, no tocante à iniciativa, especificamente no presente caso, não há que se falar em invasão da competência do Poder Executivo, isto pois, os parlamentares propõem a possibilidade de haver um pagamento mensal indenizatório e não a obrigatoriedade de tal pagamento, o que, evidentemente será determinado pelo Poder Executivo.



Portanto, a iniciativa da Parlamentar visa tão somente assegurar às pessoas que se enquadram na lei, a possibilidade outra fonte de renda alternativa à Previdência Social, para garantir-lhes maior qualidade de vida.

Conclusão:

Diante do exposto, e ante a constitucionalidade e legalidade da proposição, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 203/2011 e sua regular tramitação.

Sala das Comissões, 11/06 de 2013.

Deputado Péricles de H. Mello
Relator do Voto em Separado.

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep Odemar
Trazzoni
Tercilio Trazzoni
Fernando Sc.
11/06.



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 203/11

O Projeto de Lei nº 203/11, em análise, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro e Tadeu Veneri, altera o artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar a proposição manifestou-se favoravelmente.

O Projeto de Lei ora avaliado permite ao Governo do Estado do Paraná conceder pensão especial a portadores de hanseníase, mesmo que estejam recebendo ou venham a receber pensão especial da Previdência Social, concedida também em razão da doença.

Trata-se de iniciativa que beneficiará sobremaneira os portadores da moléstia, uma vez que terão a sua disposição uma renda mensal maior, oriunda de duas fontes, permitindo-lhes assim usufruir de uma vida mais digna.

Diante do exposto, esta Comissão de acordo com o Artigo 33 – I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, manifesta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em apreço, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

16, de julho 2013

Deputado TONINHO WANDSCHEER

Relator

Deputado DR. BATISTA

Presidente

Jonas

DR. BATISTA

DR. BATISTA



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA sobre o projeto de Lei nº **203/11**, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro e Tadeu Veneri, que **ALTERA O ARTIGO 6º DA LEI Nº 8.246 DE 13 DE JANEIRO DE 1986, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A CONCEDER PENSÃO AOS PORTADORES DE HANSENÍASE DEFINITIVAMENTE INCAPACITADOS.**

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I- RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 203/11, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro e Tadeu Veneri tem por escopo alterar o artigo 6º da Lei nº 8.246 de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o poder executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



A proposição busca alterar especificamente o artigo 6º da Lei 8.246/86, o qual tem a seguinte redação:

Art. 6º. A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I - mudar seu domicílio para outro Estado;

II - for amparado pela Previdência Social;

III - deixar de comparecer ao serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante 12 (doze) meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde.

IV - quando receber alta da clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo único. Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômico oficial, o benefício será reduzido a 1/3 (um terço) do valor.

De acordo com a proposta, haverá a exclusão do inciso II, do mencionado dispositivo, passando a contar com redação semelhante, subtraindo-se somente a mencionada redação. Desta forma, o artigo 6º da Lei nº 8.246/86 passaria a ter a seguinte redação:

Art. 6º. A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I - mudar seu domicílio para outro Estado;

II - deixar de comparecer ao serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante 12 (doze) meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde.

III - quando receber alta da clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo único. Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômico oficial, o benefício será reduzido a 1/3 (um terço) do valor.

Conforme a justificativa apresentada pelos autores, o que se busca na verdade é proporcionar uma fonte de renda alternativa da Previdência Social.



Aduzindo, que a medida certamente promoverá uma melhora a qualidade de vida dos portadores da moléstia em apreço, assegurando a sobrevivência desses.

Uma vez apresentada a proposta, seguindo as determinações regimentais de praxe, fora encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça, na qual prevaleceu o parecer pela constitucionalidade do PL.

Na sequência foi encaminhado para a Comissão de Saúde, também recebendo parecer favorável. Então vindo a esta Comissão, com a finalidade de se verificar o mérito do Projeto, de acordo com a competência estabelecida no RI desta Casa Legislativa.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE

Conforme mencionado no relatório, o PL visa alterar legislação relacionada a Previdência social, e de certa forma a própria assistência prestadas aos portadores da moléstia de hanseníase.

Assim, a matéria é diretamente conexa à competência desta comissão temática, sendo a mesma competente para exarar o presente parecer nos termos do artigo 33-U do Regimento Interno:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.



A proposição busca adequar a legislação estadual em relação às hipóteses de cancelamento do benefício, recebido pelos portadores de hanseníases.

Assim, exclui a hipótese de cancelamento do benefício quando o beneficiário estiver amparado pela Previdência Social, e conforme a própria justificativa, proporcionando uma fonte de renda alternativa aos portadores da doença em questão.

Entendo que o mérito da proposta, em sede dessa comissão é válido considerando as dificuldades enfrentadas pelos portadores de hanseníases, inclusive ponderando que nem sempre o amparo da Previdência Social é suficiente para suprir suas necessidades.

Realizo estas considerações iniciais, pois ao analisar o texto da proposição, bem como sua justificativa, entendo estarem presentes as qualidades norteadoras de uma legislação de elevada qualidade, as quais sejam:

(i) utilidade: em relação a utilidade da norma que se pretende introduzir no ordenamento jurídico estadual é inquestionável considerando que objetiva justamente uma melhora de qualidade de vida de pessoas portadoras de hanseníases;

(ii) capacidade de produzir os efeitos pretendidos: A norma pretendida apresenta plena capacidade de gerar os efeitos uma vez que o beneficiário não terá a pensão cancelada quando amparado pela Previdência Social, aumentando a renda desses e por certo causará melhoria de vida;



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



(iii) harmonização com o ordenamento jurídico: O presente Projeto de Lei coaduna e harmoniza com as demais legislações pertinentes a matéria;

(iv) aplicabilidade: a legislação que se pretende introduzir ao ordenamento jurídico estadual é de fácil aplicabilidade, uma vez que pretende tão somente suprimir dispositivo de legislação estadual;

(v) efetividade: se vislumbra a efetividade da norma, uma vez que os objetivos serão automaticamente alcançados quando da supressão do dispositivo que pretende excluir da legislação estadual.

Realizadas tais considerações, vislumbro o interesse público no Projeto de Lei em apreço, não havendo qualquer obste no devido trâmite da matéria nesta Casa Legislativa e futura aprovação do mesmo.

Por fim, balizo como positiva a matéria proposta, do mesmo modo entendo que, em sede desta comissão, não há necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Ante o exposto, me ative exclusivamente ao mérito da proposição em relação à matéria relacionada aos Direitos Humanos, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

É O VOTO.



III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 203/11, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro e Tadeu Veneri, que tem como escopo alterar o artigo 6º da Lei nº 8.246 de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o poder executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados. .

Sala das Comissões, 07 de AGOSTO de 2013.

Deputado NEY LEPREVOST
Vice Presidente

(Considerando que o Presidente da Comissão é um dos Signatários do PL)

Deputado PEDRO LUPION
Relator

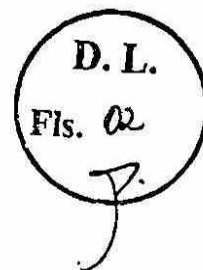
QUINTEIRO

TADEU VENERI

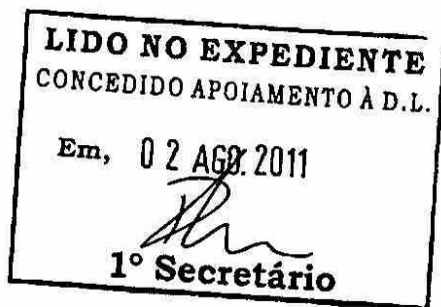


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI



Projeto de Lei N.º 604 /2011.



SÚMULA: Institui o reconhecimento de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL à ASSOCIAÇÃO PRÓ OBRAS SOCIAIS DO SANTUÁRIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DO ROCIO, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO PRÓ OBRAS SOCIAIS DO SANTUÁRIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DO ROCIO**, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

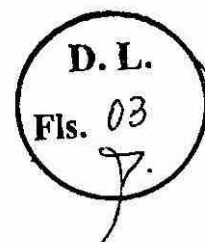
Sala das Sessões, 02 de agosto de 2011.


Deputado Enio Verri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO PRÓ OBRAS SOCIAIS DO SANTUÁRIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DO ROCIO, é uma entidade de direito privado, constituída sob a forma de associação de caráter beneficente, assistencial, educativo e cultural, sem fins lucrativos, cuja finalidade principal consiste no auxílio à comunidade, sem qualquer discriminação, promovendo a evangelização e a educação de todos que encontram-se em vulnerabilidade social.

Esta Associação busca promover a inclusão através da realização de serviços de assistência social como campanhas para coleta e distribuição de roupas e alimentos e de palestras educacionais evidenciando o combate à violência e ao uso de drogas; bem como através de atividades direcionadas, em específico às crianças, por meio do acesso à educação e da formação da cidadania. Também organiza e coordena serviços de apoio espiritual em presídios, hospitais, escolas, igrejas, asilos, abrigos e casas de recuperação de dependentes químicos, clarificando que a partir da promoção de serviços de assistência social permite a reintegração social, cultural, profissional e familiar, além da ampliação e da consolidação do Turismo Religioso no litoral do Paraná.

Para que a ASSOCIAÇÃO PRÓ OBRAS SOCIAIS DO SANTUÁRIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DO ROCIO possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto e necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a Utilidade Pública Estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os pares desta Casa de Leis.

Deputado Enio Verri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 604/2011

Projeto de Lei nº. 604/2011
Autor: Deputado Enio Verri

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual à **ASSOCIAÇÃO PRÓ OBRAS SOCIAIS DO SANTUÁRIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DO ROCIO**, com sede e foro no Município de Paranaguá.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Enio Verri tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **ASSOCIAÇÃO PRÓ OBRAS SOCIAIS DO SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DO ROCIO**, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



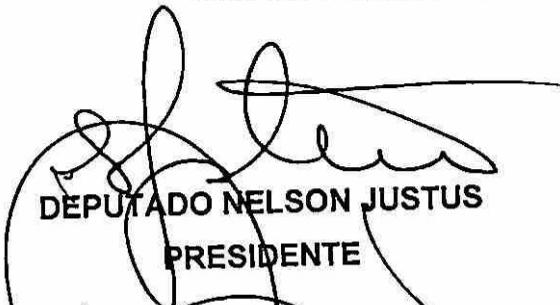
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.


Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.


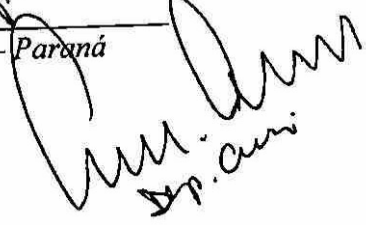

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



APROVADO

06/08/13 



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

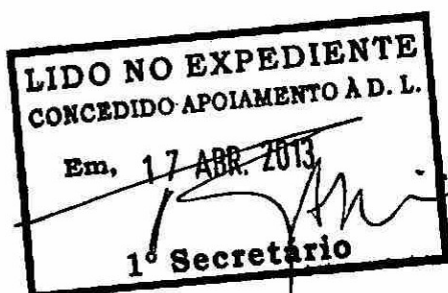


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



Projeto de Lei nº 141/2013



SÚMULA: Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Nilton Tuller.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao **Pastor Nilton Tuller**.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2.013.


WILSON QUINTEIRO
Deputado Estadual - PSB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo homenagear o Pastor Nilton Tuller, paulista de Martinópolis, presidente a Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá (OPEM), um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, presidente fundador do Movimento para Libertação de Vidas – Molivi, em reconhecimento do povo paranaense ao trabalho na área social, que o mesmo realiza, em favor daqueles desprovidos de recursos, principalmente na recuperação de viciados, com notáveis resultados alcançados frente à Comunidade Terapêutica Molivi, fundada pelo homenageado em 1.975.

O Pastor Nilton Tuller foi ordenado ao ministério pastoral há mais de 46 anos, é reconhecido nacionalmente e mundialmente como pastor evangélico, cantor, compositor e escritor.

O homenageado é reconhecido também pela sua destacada atuação pública, pois foi vereador do município de Maringá de 1992 a 2000, foi Secretário Municipal da Cidadania de Maringá, Conselheiro do Conselho Municipal Antidrogas de Maringá, membro da Academia de Letras de Maringá, escritor dos livros **"Porque os jovens entram nas drogas?"** e **"Vencendo no Poder da Fé"** e fundador do Jornal Aleluia, com circulação nacional.

O pastor Nilton exerce seu ministério com inteira dedicação em favor daqueles que necessitam de uma ação social mais contundente, procurando, através da igreja e da solidariedade do povo, em especial dos congregados na fé, efetiva ajuda, tanto espiritual, psicológica e material.

O atendimento a jovens viciados para tirá-los desta triste condição e resgatá-los para Deus, para a vida e à sociedade, pois além de afetá-los diretamente, vez que a droga, seja qual for, consome o ser humano, na maioria das vezes abala todo o relacionamento, respeito e estrutura familiar. É um trabalho que exige disponibilidade e perseverança, e o pastor Nilton realiza com determinação e amor a Deus e ao próximo, visando resgatar a dignidade e a auto-estima de cada um daqueles que necessitam e recebem atendimento.

Pelas suas ações através da igreja e pelas suas diversas atividades favorecendo sobremaneira o povo paranaense, a quem dedica especial carinho e cuidado especial, foi agraciado pela Câmara Municipal de Maringá com o Título de Cidadão e recebeu também o Título de Honra ao Mérito pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Mandaguari.

Bacharel em Teologia/Máster of Theology – Drogas e Tratamento (The Living Light Bible Institute), Doutor em Divindade pelo Instituto Teológico do Paraná, realizou diversos simpósios, e seminários como palestrante sobre o tema "Prevenção contra Drogas", conferências, encontros e jornadas científicas sobre dependência química.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa de Leis a aprovação da presente proposição que visa homenagear o pastor Nilton Tuller pela sua dedicação e serviços prestados em nosso Estado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 141/2013

Projeto de Lei nº. 141/2013

Autor: Deputado Wilson Quinteiro

Súmula: Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Nilton Tuller.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Nilton Tuller.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001, alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições: (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação. (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei

CONCLUSÃO

Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto de lei, opinamos pela sua Aprovação.

Sala das Sessões em 09/07/13


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator


APROVADO

09.07.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 17 JUN. 2013

1º Secretário

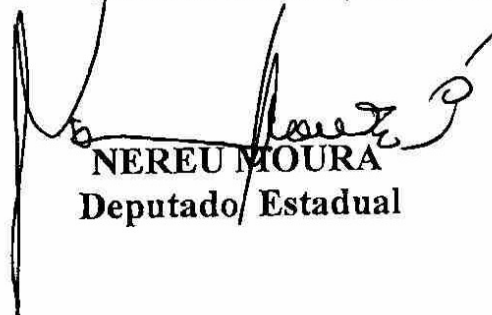
PROJETO DE LEI Nº. 243/13

SÚMULA: Denomina o contorno em São João, que liga a PR-281 a PR-526 de "*Miguel Ilkiu*".

Art. 1º. – Fica denominado de "Miguel Ilkiu", o contorno que liga a PR-281 a PR-526 no município de São João/PR.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2013.


NEREU MOURA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição tem como objetivo prestar uma justa homenagem ao pioneiro e político Miguel Ilkiu.

Nasceu em 07/09/1907, na região do atual município de General Carneiro, que na época ainda fazia parte do município de Palmas, Estado do Paraná.

Terceiro dos treze filhos de Demétrio Ilkiu e Pelahia Kostecki Ilkiu, imigrantes Ucranianos que vieram para o Brasil ainda jovens, em 1895 e aqui se casaram.

Passou a infância e adolescência na região onde nasceu, entre União da Vitória e Palmas, onde participava dos afazeres da pequena propriedade rural da família.

A partir dos 18 anos, trabalhou por algum tempo em uma casa de comércio e num curtume, onde conseguiu acumular algumas economias, o que lhe permitiu adquirir um carroção, com tração de seis cavalos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Em seguida, ingressou no Exército Brasileiro, como voluntário, prestando serviços de transporte, realizado com o próprio carroção.

Participou da construção do trecho de Palmas a Pato Branco da Estrada Estratégica, que pretendia ligar União da Vitória a Barracão e que era realizado pelo próprio Exército.

Deixando o exército, passou a trabalhar com os irmãos Bannack (João e Paulo), que tinham comércio, curtume e uma sapataria (onde fabricavam sapatos, botas e chinelos), no Bairro Lagoão, em Palmas.

Casou-se com Anna Bannack em 1931. Anna tinha 20 anos e era irmã de João e Paulo. Eram filhos de Gregório Bannack e Catarina Charavara Bannack, também Ucrânicos.

Em seguida, estabeleceram-se no Covó, atual Distrito do Município de Mangueirinha, com uma casa de comércio.

Na época, chamavam de "Bodega" e vendia produtos dos mais variados (secos e molhados, armarinhos, etc.): sal, açúcar, café, farinha de trigo, tecidos, sapatos, botas, querosene, velas, pólvora, chumbo, armas de fogo, aguardente e bebidas, ferramentas e utensílios em geral, entre tantas outras coisas.

E também compravam de tudo o que era produzido na região: couro de animais silvestres, mel e cera de abelhas, banha de porco, peixes salgados, porcos e bovinos, etc.

Tudo era levado para o Porto (como chamavam Porto União e União da Vitória, na época), de carroção com tração de seis cavalos. A primeira carga, ainda em 1931, foi repleta de couro de animais silvestres, totalmente vendida no Porto e encaminhada para fábricas de bolsas e sapatos em São Paulo.

E do Porto vinham as mercadorias, principalmente as industrializadas, a serem vendidas na "bodega".

A economia da região era muito incipiente. O ciclo dos tropeiros já havia passado e o da erva mate estava em decadência. Havia pouco dinheiro e praticava-se muito o escambo, que era a troca de mercadorias.

Desta forma, o estabelecimento comercial prosperou, tornando-se ponto de referência para toda a região, pois comprava de tudo o que era extraído e produzido e fornecia tudo o que era necessário. Abatia reses de gado e porcos, produzindo banha, charque, toucinho, etc. Além de servir como ponto de parada de viajantes, estalagem, parada de tropas de porcos e de gado.

As viagens para o Porto demoravam em torno de 10 dias e quando a mercadoria chegava era vendida de imediato, requerendo rápido retorno.

Em 1937, Miguel adquiriu um caminhão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Foi o primeiro caminhão da região de Manguueirinha e, por muito tempo, o único. Com o caminhão, as viagens para o Porto ficaram muito mais rápidas e o comércio prosperou mais ainda.

Miguel trouxe alguns irmãos para ajudá-lo e montou moinho e selaria. Também criava porcos, que eram vendidos no Frigorífico Saporiti, em União da Vitória.

Ainda em 1937, instalou uma pequena usina hidrelétrica, que fornecia luz elétrica para sua propriedade. Isto permitiu comprar o primeiro rádio que apareceu na região. Contavam que a casa enchia de visitas dos amigos e vizinhos, para ver a novidade e ouvir as notícias.

No início dos anos 1940, instalou a primeira serraria da região. Localizada nos fundos de onde hoje existe a residência da família Ermínio Diavão, aproveitava a queda d'água do rio Covó para tocar a roda d'água, que movimentava toda a engrenagem.

A madeira serrada era transportada para União da Vitória, Curitiba e, às vezes, até para São Paulo. As viagens não eram fáceis, pois as estradas eram muito precárias, os bueiros e pontes frágeis e a balsa no Rio Chopim, totalmente improvisada.

Sempre participou da comunidade, em todas as suas manifestações, tanto religiosas, como culturais e políticas. Inclusive foi Juiz de Paz no Covó.

Em 1946, foi criado o município de Manguueirinha. Na primeira eleição, candidatou-se a vereador e foi eleito com 17 votos. Lembrar que naquela época poucos votavam, pois os analfabetos e a maioria das mulheres ainda não exerciam esse direito... Assumiu o cargo no início de 1948.

Os oito filhos de Miguel e Anna nasceram no Covó: Eralta, Maria Suzana, Luiza, Miguel Filho, Matilde, Dárcio, Dirce e Hernani.

Foi Presidente da Câmara de Vereadores de Manguueirinha, de Fevereiro a Dezembro de 1951.

Reelegeu-se vereador para o período 1952 a 1955.

Em 1956 assumiu como vereador, pelo terceiro mandato consecutivo. Foi o único vereador de Manguueirinha a permanecer no cargo desde a criação do município até 1959.

A partir do Governo de Getúlio Vargas, o Sudoeste e o Oeste Paranaense receberam muitas levas de migrantes gaúchos e catarinenses. As localidades de Chopinzinho e Barro Preto (atual Coronel Vivida) foram se desenvolvendo a ponto de, em 1955, se emanciparem de Manguueirinha. Com a criação dos dois municípios, a economia de Manguueirinha enfraqueceu.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Para compensar a redução do movimento em seu comércio localizado no Covó, Miguel buscou diversificar seus negócios, instalando novo ponto comercial na localidade de São João, então município de Chopinzinho. Aos poucos, foi migrando para lá, vendendo seus bens localizados no Covó.

Em 1959 já estava totalmente integrado a comunidade de São João, sendo candidato a vereador pelo município de Chopinzinho.

Foi eleito e assumiu como Presidente da Câmara de Vereadores de Chopinzinho, no período de 1960/1961, assumindo como prefeito de Chopinzinho por 30 dias, em função de problemas de saúde do então prefeito Jose Armin Matte.

Em 1962, aos 55 anos, casou-se com D^a Izolina, com quem teve mais seis filhos, além do cunhado, que criou como filho: Valdevino, Ivete, Edite, Marlene, Irene, Veruza e Ivan.

Vale salientar que quando o município de São João foi criado, em 1961, o genro de Miguel, Carlos Clausen, foi o vereador mais votado.

Mais tarde, em São Jorge D'Oeste, o filho Hernani e o genro, Orival Xavier, também foram vereadores.

Também o marido de sua neta Luciana, Adair Ceccatto (o Pardal), foi Prefeito de São Jorge D'Oeste.

Ainda, o genro Neori Leobet (Tigrão) foi candidato, várias vezes, a Deputado Estadual e Federal.

Miguel Ilkiu residiu em São João por quase 40 anos, até março de 1996, quando faleceu aos 89 anos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o projeto de Lei nº 243/2013, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, que *DENOMINA 'MIGUEL ILKIU' O CONTORNO QUE LIGA A PR-281 A PR-526, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO.*

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 243/2013, de autoria do Deputado NEREU MOURA objetiva denominar o contorno que liga a PR-281 a PR-526, localizado na cidade de São João, como *'Miguel Ilku'*.

Em sua justificativa, o Parlamentar traz incluso ao PL o currículo completo do homenageado.

No despacho inicial da Diretoria Legislativa desta Casa de Leis consta a informação que o PL não possui similar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Uma vez encaminhado a essa Comissão, foi diligenciado junto ao DER (Departamento de Estrada e Rodagens), com a finalidade de se verificar se o trecho que se pretende nomear, já não se encontra nomeado.

Não obstante o trecho ali declinado não estar denominado, o ofício oriundo do mencionado órgão, informa que o trecho que se pretende na verdade se denominar é o contorno que liga a PR-281 a PR-562 e não PR-526 como constou no Projeto de Lei.

Uma vez proposto o Projeto de Lei o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE E VOTO

Conforme venho reiteradamente afirmando nos pareceres por mim exarados nesta Comissão de Constituição e Justiça¹, ao interpretar a sua competência regimental², o controle de Constitucionalidade preventivo por ela realizado não fica

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: '*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade*'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



restrito somente em seus aspectos formais³, mas também materiais⁴ a luz da Constituição Estadual, Constituição Federal e do ordenamento jurídico em um modo geral.

Esta análise se presta justamente para se evitar a introdução de Leis conflitantes em nosso ordenamento, evitando preventivamente qualquer conflito quer seja jurídico e/ou social e assim garantido a integridade do ordenamento jurídico.

Em relação a constitucionalidade formal, de início se verifica que o proponente detém legitimidade nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o qual menciona que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.⁵

Em relação a matéria versada no PL, de fato se verifica que é competência do Estado legislar considerando que a Constituição Estadual que em relação à matéria em análise, estabelece, o

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300 e ainda, Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁴ Em relação a constitucionalidade material V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁵ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



artigo 238, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a legislação estadual, Lei Estadual Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



No entanto, a fim de retificar o trecho da rodovia sugere-se uma emenda substitutiva geral nos termos do regimento interno, artigos 137, § 2º.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Diante da mencionada possibilidade, se apresenta a inclusa emenda.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela APROVAÇÃO NA FORMA DA INCLUSA EMENDA SUBSTITUTIVA, do Projeto de Lei nº 243/2013, de autoria do Deputado NEREU MOURA, considerando a CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REDAÇÃO JURÍDICA da proposição.

Sala das Comissões, 16 de Julho de 2013.

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

CAIRO DE LIMA

Deputado PEDRO LUPION

Relator

APROVADO

16/07/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 243/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 243/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA – Denomina “MIGUEL ILKIU” o contorno em que liga a PR-281 à PR-562, no município de São João/PR.

Art. 1º - Fica denominado de “Miguel Ilkiu”, o contorno que liga a PR-281 à PR-562, no município de São João/PR.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2013.

DEP. CAÍTO QUINTANA
Presidente

DEP. PEDRO LUPION
Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 297/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 09 JUL. 2013

Quanto

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, como sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2013.

Francisco Bühner
FRANCISCO BÜHRER
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piên, é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

A APAE de Piên tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Diante do importante e fundamental trabalho realizado pela APAE de Piên junto à população local, solicita-se a concessão do Título de Utilidade Pública. A documentação exigida pela legislação pertinente segue em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/2013

Projeto de Lei nº. 297/2013
Autor: Deputado Francisco Buhner

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM
ANEXO.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Francisco Buhner, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



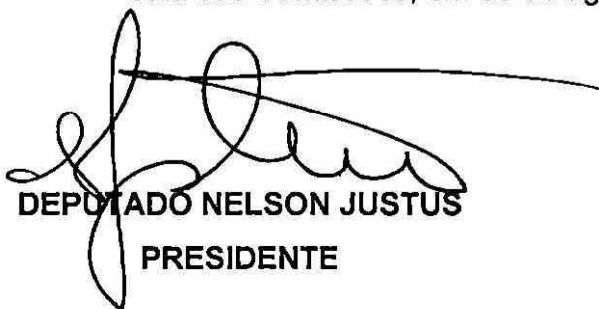
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça






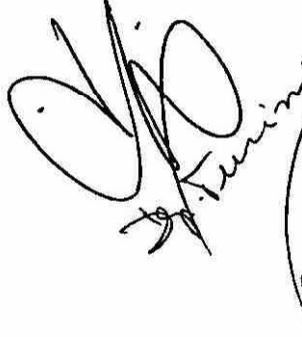


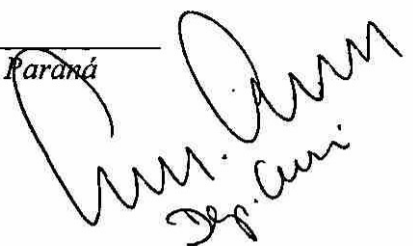
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR








APROVADO
06/08/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 297/2013

De acordo com o que determina o Artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 297/2013, passando a contar com a seguinte redação:

“Súmula- Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piên, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro, Estado do Paraná”.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piên, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

APROVADO Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

ANTEPROJETO DE LEI 358/13

Súmula: Altera a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O artigo 5º da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 15.060, de 20 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. Em Municípios com frota de até 10.000 (dez mil) veículos registrados, serão credenciados, no máximo 2 (dois) Despachantes de Trânsito."

Art. 2º O parágrafo único do art. 5º da Lei 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a ser § 1º e a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Em municípios cujo número de veículos registrados seja superior a 10.000 (dez mil), será credenciado mais um Despachante para cada 5.000 (cinco mil) veículos.

Art. 3º Fica incluído o § 2º ao artigo 5º da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, com a seguinte redação:

"§ 2º No caso de vacância dos dois cargos de Despachante existentes em Municípios com frota de até 10.000 veículos, será chamado o classificado imediatamente posterior. Em caso de perda da validade do concurso público, e mediante prévia autorização governamental, pode o DETRAN/PR realizar novo concurso público para atender a demanda de determinado Município.

Art. 4º A alínea "c" do artigo 6º da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) ter idade superior a 18(dezoito) anos;"

Art. 5º O inciso II do artigo 7º da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"II - A média mínima, calculada pela soma das notas das matérias, dividida pelo número de matérias, deverá ser de no mínimo 7 (sete), sendo que a nota mínima por matéria deverá ser de 50% (cinquenta por cento) de acertos;"

Art. 6º Fica incluído o § 1º ao artigo 25 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, com a seguinte redação:

“§ 1º Durante o processo disciplinar, sempre se observando o contraditório e a ampla defesa, os dados pessoais do Despachante de Trânsito, assim como diligências e decisões não terminativas, ficarão sob sigilo.”

Art. 7º Fica incluído o § 2º ao artigo 25 da Lei 12.327, de 21 de setembro de 1.998, com a seguinte redação:

“§ 2º. Uma vez instaurado o processo disciplinar, o Despachante de Trânsito, terá até 15 dias para apresentar defesa prévia, oferecer rol de testemunhas e provas documentais, a partir da notificação pessoal das irregularidades apontadas.”

Art. 8º O *caput* do artigo 11 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1.998, modificado pelo artigo 5º da Lei nº 15.060, de 20 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Para garantir os atos praticados pelos Despachantes de Trânsito, será criado um selo que será apostado em todos os documentos emitidos por eles, e que lastreará um seguro fiança, em substituição à caução, cujo valor será fixado anualmente pelo DETRAN/PR, sendo que a apólice será a ele apresentada, e será administrado pelo órgão de representação da categoria, sendo este fiador de cada Despachante de Trânsito junto ao DETRAN/PR e usuários.”(NR)

§ 1º Fica revogado o § 1º do artigo 11 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, alterado pelo artigo 5º da Lei nº 15.060 de 20 de abril de 2006.

§ 2º Os valores recolhidos a título de caução serão devidamente devolvidos aos titulares de seus recolhimentos, titulares estes que não estejam sofrendo nenhum processo administrativo. Aos demais somente serão devolvidos após o encerramento dos procedimentos. (NR)

Art. 9º A alínea “b” do artigo 12 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“b) inspecionar regularidade e procedência do veículo, lacrar placas, vistoriar veículos automotores, reboques e similares, bem como todos os seus componentes, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados, responsabilidade esta garantida pelo instrumento estabelecido no *caput* do artigo 11;”

Art. 10. Fica revogada a alínea “g” do artigo 12 da Lei nº 15.060, de 20 de abril de 2006.

Art. 11. A alínea "j" do artigo 12 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"j) credenciar 02 (dois) prepostos para atuarem como auxiliares em suas atividades, limitadas estas às atividades de preposto, previstas no artigo 13;"

Art. 12. O parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O DETRAN/PR, respaldado pelo inciso X do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), estabelece que, além dele, exclusivamente os Despachantes de Trânsito poderão realizar a vistoria e a inspeção de veículos em processos de regularização de documentos junto ao DETRAN/PR."

Art. 13. O § 1º do artigo 13 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Em caso de doença do Despachante será permitida sua licença, limitada a 120 dias, mediante avaliação médica a ser regulamentada por portaria do DETRAN/PR, que em comum acordo com Sindicato da categoria, designará um Despachante da circunscrição da Ciretran a qual o licenciado estiver vinculado, para responder pelos serviços do estabelecimento, enquanto perdurar a licença."

Art. 14. A alínea "e" do artigo 14 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"e) manter afixada em seu estabelecimento a tabela de valores dos serviços prestados, reajustada anualmente conforme índice do INPC ou outro índice que o substitua, tudo de acordo com definições e normatizações adotadas pelo DETRAN;"

Art. 15. A alínea "c" do artigo 16 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) o Despachante de Trânsito poderá desempenhar outras atividades privadas que não dependam de credenciamento ou concessão do poder público, concomitantemente com as de despachante, desde que não no mesmo estabelecimento comercial e ainda sem qualquer descontinuidade dos serviços objeto do credenciamento."

Art. 16. Fica incluída a alínea "g" ao artigo 16 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, ficando revogado o parágrafo único do artigo 14 daquela Lei:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

"g) o Despachante de Trânsito poderá licenciar-se de suas funções para exercer mandato eletivo, sem prejuízo do seu credenciamento."

Art. 17. Fica incluída a alínea "h" ao artigo 16 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, com a seguinte redação:

"h) O Despachante de Trânsito e seus prepostos poderão gozar férias anuais de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei, sempre em períodos diferenciados e alternados. Quando do período de férias do Despachante, o DETRAN/PR, mediante requerimento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, designará um Despachante da circunscrição da Ciretran a qual o Despachante em férias estiver vinculado, para responder pelos serviços do estabelecimento, enquanto perdurarem estas férias;"

Art. 18. Fica incluída a alínea "i" ao artigo 16 da Lei 12.327, de 21 de setembro de 1998, com a seguinte redação:

"i) O DETRAN/PR disponibilizará modelos padronizados de fachadas do estabelecimento do Despachante de Trânsito, de uso obrigatório;"

Art. 19. Fica alterado o *caput* do artigo 24 da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 24. As decisões do Diretor Geral do DETRAN/PR, acerca dos processos disciplinares instaurados por aquele Órgão, deverão ser fundamentadas, sendo que ao Despachante de Trânsito será assegurado o direito de apresentar recurso em até 15 dias após a notificação, a ser apreciado em segunda instância, pelo Secretário da pasta a qual o DETRAN/PR estiver vinculado, no prazo máximo de 30 dias, período em que a suspensão imposta ficará sobrestada."

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de agosto de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 05/08/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 78 /2013

Curitiba, 13 de agosto de 2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 19 AGO. 2013
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar, incluir e revogar os dispositivos que especifica, da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN-PR.

A proposta que ora se apresenta a essa Casa de Leis tem por objetivo evidenciar o papel do Despachante de Trânsito como auxiliar do Poder Executivo, interligando a população com o Governo do Estado.

Para Plácido e Silva, *"despachante deriva do verbo despachar (do italiano dispiacciare, desimpedir), o qual possui significado de resolver, expedir, aviar, a pessoa que despacha... Despachante é também pessoa licenciada pela Administração Pública, para nela tratar dos interesses do administrado. Em sentido amplo, despachante é servidor público, sujeito a regras impostas pelas leis e pelo administrador; no sentido restrito, é particular no exercício de função pública, submetido ao regime ditado pela lei que institui a função".* (Vocabulário Jurídico – De Plácido e Silva – Editora Forense – 27ª. Edição, 2007, pág. 447).

Com efeito, o Despachante de Trânsito, no Estado do Paraná, é pessoa de trato cotidiano na sociedade, visto que presta os serviços de grande relevância e é uma das referências da comunidade sobre assuntos ligados à documentação de veículos.

Considerando a assertiva de que a figura do Despachante é por demais necessária para a comunidade, a presente medida visa evidenciar a função auxiliar do Despachante, tanto para o poder público, como também para a população, oportunizando a qualidade de vida do trabalhador, possibilitando que com a consagração do preposto, o Despachante possa tirar férias, além de instituir garantia plena à sua atividade, com um seguro compatível com o valor dos veículos na atualidade.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.10.693.989-6.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Em temas ligados a trânsito a administração pública muito avançou nos últimos tempos. Convive-se com a era da tecnologia da informação, tendo a população possibilidade de acessar as informações que necessita. Todavia, o Despachante de Trânsito é tido como o *longa manus* da administração quando o cidadão necessita de serviços e os encontra próximo de sua residência ou até mesmo sem que precise se deslocar para outros municípios, garantido, ainda, por um seguro condizente com o real valor vigente dos veículos.

Nos termos da Constituição da República do Brasil, o exercício do trabalho é livre, assim como do ofício e a profissão, desde que atendidas as qualificações que a lei estabelecer. Pois bem, para ser Despachante de Trânsito o cidadão deve preencher a qualificação posta da legislação e na proposta que ora apresento a essa Casa de Leis.

O *iter* para o cidadão pleitear a função de Despachante de Trânsito inicia-se com a aprovação em concurso público, cujo certame deve se dar primando pelo princípio da legalidade e da isonomia. Em seguida, a aprovação no certame, o cidadão aprovado, será credenciado pelo órgão de trânsito, nas condições que a lei lhe disser, legitimando o cidadão à prestação de serviços à comunidade. Como se percebe, o Despachante se submete às condições da administração pública para desempenhar suas funções, nos moldes do artigo 37 da Constituição Federal.

O Despachante, além de ser auxiliar do Poder Público e referência como prestador de serviços perante a comunidade, também gera empregos diretos, como é o caso do preposto, que tem seus direitos trabalhistas garantidos, nos termos da lei.

Saliente-se que a presente medida visa atender o anseio dos Despachantes de Trânsito, para que se autorize o aumento de prepostos credenciados, a formalização das férias, a regulamentação para licenciamento nos casos de eleição para mandato eletivo e o seguro do exercício da profissão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

**Lei 12327 - 21 de Setembro de 1998**

Publicado no Diário Oficial nº. 5339 de 22 de Setembro de 1998

Súmula: Dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN-PR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I
DOS DESPACHANTES

Art. 1º. As atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN - PR., passam a ser regidas pelo disposto na presente lei.

Art. 2º. A atividade de Despachante de Trânsito constitui serviço autorizado pelo Poder Executivo Estadual, nos termos da lei, mediante ato do Diretor Geral do DETRAN - PR, que atribuirá a condição, unicamente, à pessoa física.

§ 1º. O Despachante credenciado pode exercer suas atividades através de firma Individual ou organizando-se em sociedade integrada, exclusivamente, por mais de 01 (um) despachante credenciado.

§ 2º. O exercício da atividade, denominação e título de despachante são privativos daqueles habilitados e devidamente credenciados pela autoridade competente, na forma da lei.

Art. 3º. O Despachante, independente de mandato, poderá exercer suas atribuições perante o DETRAN - PR., em nome de seus comitentes.

Capítulo II
DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

Art. 4º. O credenciamento de Despachante será feito por ato do Diretor Geral do DETRAN - PR, após habilitação em concurso de provas e títulos.

Art. 5º. ~~Em cada Município será credenciado um Despachante de Trânsito para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.~~

Art. 5º. Em municípios com até 6.000 (seis mil) veículos registrados serão credenciados, no máximo dois despachantes.
(Redação dada pela Lei 15060 de 20/04/2006)

~~**Parágrafo único.** Em Municípios com número de veículos registrados menor que o indicado no caput serão credenciados 2 (dois) Despachantes, sendo que novos Despachantes somente serão credenciados após se atingir a relação estabelecida de 01 (um) Despachante para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.~~

Parágrafo único. Em municípios cujo número de veículos registrados seja superior a 6.000 (seis mil) será credenciado mais um despachante para cada 4.000 (quatro mil) veículos.
(Redação dada pela Lei 15060 de 20/04/2006)

Art. 6º. Para ser credenciado o candidato deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser eleitor e estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- d) estar em dia com o serviço militar;
- e) possuir certificado de conclusão do 2º Grau;
- ~~f) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal dos locais em que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos;~~
- f) apresentar certidão negativa de antecedentes expedida pela justiça estadual civil e criminal, Justiça federal e outros afins dos locais que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos.
(Redação dada pela Lei 15060 de 20/04/2006)
- g) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório de protesto de títulos dos lugares em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos;
- h) gozar de boa saúde física e mental, comprovada através de laudo oficial;
- i) apresentar certidão negativa expedida pelo cartório de falências e concordatas dos locais em que residiu ou manteve atividades econômicas nos últimos 05 (cinco) anos;
- j) apresentar fotocópias do cartão de identificação da pessoa física expedido pelo Ministério da Fazenda e da cédula de identidade;
- l) juntar 02 (duas) fotos coloridas 3x4.

Art. 7º. O concurso será de provas escritas e de títulos, conforme regulamento, obedecidos os seguintes requisitos:

I - As provas escritas versarão sobre:

- a) Português;
- b) Matemática;
- c) Legislação de Trânsito;



d) Legislação relativa ao I.P.V.A;

e) Legislação relativa à organização da atividade dos despachantes de trânsito;

~~f) Noções de direito;~~

f) Noções de direito administrativo, tramitação física processual;
(Redação dada pela Lei 15060 de 20/04/2006)

g) Teoria Geral do Estado.
(Incluído pela Lei 15060 de 20/04/2006)

II - A nota mínima será de 70% (setenta por cento) de acertos em cada disciplina.

Art. 8º. Os candidatos classificados no concurso, para as vagas existentes nos Municípios para os quais se inscreveram, deverão ser submetidos a um curso sobre as rotinas do DETRAN - PR., e a Legislação pertinente ao setor.

Parágrafo único. Serão considerados habilitados os candidatos que, aprovados no concurso, obtiverem aproveitamento no curso de 80% (oitenta por cento) do conteúdo e frequência de 100% (cem por cento) das aulas, salvo faltas justificadas por motivo de força maior.

Art. 9º. Os candidatos classificados para as vagas previstas em edital, para obterem credenciamento, deverão, em 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do resultado, apresentar ao DETRAN - PR.:

I - prova de estabelecimento sob qualquer das formas previstas no §1º, do artigo 2º., desta lei;

II - prova de inscrição no CGC do ministério da Fazenda;

III - comprovante de inscrição na Previdência Social;

IV - alvará de licença e localização expedido pela Prefeitura Municipal.

Art. 10. O Diretor Geral do DETRAN - PR., cumpridas as exigências previstas neste Capítulo, expedirá documento credenciando o Despachante de Trânsito a iniciar suas atividades.

§ 1º. A autorização para o exercício da atividade de Despachante de Trânsito será concedida através do credenciamento, a título precário e personalíssima.

§ 2º. Constitui impedimento para o credenciamento de Despachante o parentesco até terceiro grau, inclusive em linha de afinidade, com funcionário do DETRAN - PR., asseguradas as situações consolidadas.

Art. 11. Por ocasião do credenciamento, o Despachante de Trânsito firmará termo de responsabilidade, garantido por caução no valor de 650 (seiscentas e cinquenta) UFIRs, ou outro índice que vier em substituição, a ser depositada em moeda corrente do país no Banco do Estado do Paraná S.A., em conta-poupança, para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais ocasionados ao DETRAN - PR. ou a terceiros.

§ 1º. O valor da caução poderá ser levantado nos seguintes casos:

I - falecimento do titular, através de alvará judicial;

II - aposentadoria;

III - cancelamento da credencial, desde que não implique em responsabilidades como enunciado no presente artigo.

§ 2º. O prazo para requerer o levantamento da caução é de 03 (três) anos, após o cancelamento da credencial.

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 12. São atribuições do Despachante de Trânsito:

a) representar os interesses de seus clientes em processos de registro, transferência, licenciamento e outros relativos a veículos automotores e reboques;

b) identificar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi de veículos, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados;

c) verificar a regularidade documental e a identificação de chassi do veículo a cada transferência;

d) encaminhar e acompanhar o andamento de processos que lhe forem confiados;

e) conferir junto a Tabelionatos a autenticidade dos reconhecimentos de firmas apresentados;

f) requerer certidões para a instrução de processos;

g) pagar, em nome de seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos;

h) credenciar 01 (hum) preposto para atuar como auxiliar em suas atividades;

i) exercer suas atividades no âmbito do Município para o qual foi credenciado, podendo atuar fora desta abrangência apenas em caso de desdobramento da representação que lhe for cometida;

j) retirar do DETRAN - PR. documentos de seus comitentes, mediante recibo.

Parágrafo único. O preposto indicado pelo Despachante deverá ser maior de 18 (dezoito) anos e atender aos requisitos do art. 6º, exceto as alíneas "c" e "f", bem como comprovar o vínculo empregatício através do registro na CTPS.

Capítulo IV DO PREPOSTO

Art. 13. Após 90 (noventa) dias do credenciamento dos Despachantes de Trânsito, o DETRAN - PR. fará o credenciamento de prepostos.



§ 1º. Cada Despachante de Trânsito credenciado poderá indicar 01 (hum) preposto para o respectivo credenciamento.

§ 2º. Para o credenciamento do preposto aplicar-se-á o disposto no art. 6º desta lei, exetuada a exigência contida nas alíneas "c" e "i".

§ 3º. O preposto deverá ter idade superior a 18 (dezoito) anos na data da indicação.

§ 4º. O preposto funcionará como auxiliar direto do Despachante de Trânsito, podendo representá-lo junto ao DETRAN - PR. na entrada de processos e retirada de documentos pertinentes ao mesmo.

§ 5º. O credenciamento do preposto será expedido em caráter precário pelo Diretor Geral do DETRAN - PR..

§ 6º. Dispensado pelo Despachante de Trânsito, por motivos particulares, que não impliquem responsabilidade penal ou transgressão as normas constantes da presente lei, o preposto poderá servir a outro Despachante de Trânsito, a pedido deste.

§ 7º. A alteração referida no parágrafo anterior será anotada nas fichas de assentamentos individuais respectivas, pela Divisão de Fiscalização do DETRAN - PR., expedindo-se novo cartão de identificação em favor do preposto com o recolhimento do anterior, para fins de arquivamento.

§ 8º. Os atos praticados pelo preposto, no exercício de suas funções, inclusive aqueles que resultarem em danos pecuniários ao DETRAN - PR. ou terceiros, serão da exclusiva responsabilidade do Despachante de Trânsito que o indicou.

Capítulo V DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

Art. 14. São deveres dos Despachantes de Trânsito:

- a) entrar no exercício de suas atividades em até 30 (trinta) dias após o ato de credenciamento;
- b) manter a atividade em caráter permanente, sem interrupção, salvo força maior devidamente autorizado pelo Diretor Geral do DETRAN - PR.

Parágrafo único. a licença não deverá exceder a 120 (cento e vinte) dias.

- c) tratar com urbanidade clientes e funcionários do DETRAN - PR.;
- d) fornecer aos clientes a primeira via do protocolo que comprove a entrada da documentação no DETRAN - PR.;
- e) manter afixado em seu escritório a tabela de taxas cobradas pelo DETRAN - PR. relativa aos serviços de sua competência;
- f) pugnar pelo fiel cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, respectivo regulamento, e demais disposições complementares;
- g) quando no exercício da função, portar, de modo visível, a credencial expedida pelo DETRAN - PR.;
- h) identificar-se através do nome, endereço e do número da credencial em todos os atos e documentos encaminhados ao DETRAN - PR.;
- i) fazer consignar nos impressos, processos de serviços, fachadas ou placas de identificação do estabelecimento e publicidade em geral a denominação do escritório, o nome e o número da credencial do Despachante responsável;
- j) fornecer aos comitentes recibos de importâncias e documentos que lhe forem confiados;
- l) manter fichário de seus clientes, sujeito à fiscalização do DETRAN - PR.;
- m) prestar contas de suas atividades ao DETRAN - PR., sempre que solicitado;
- n) acatar os regulamentos e instruções determinados pelo DETRAN_PR.;
- o) comunicar ao DETRAN - PR., em 24 (vinte e quatro) horas, a dispensa do preposto, efetuando a devolução de sua credencial;
- p) ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados;
- q) renovar a credencial, anualmente, obedecendo ao disposto na alínea "f", do art. 6º, da presente lei.
- r) estar regularmente filiado ao sindicato representativo da categoria.

Art. 15. É defeso ao Despachante de Trânsito:

- a) delegar a outrem, mesmo através de mandato, qualquer de suas atribuições definidas na presente lei;
- b) aceitar o patrocínio de interesses alheios as suas atribuições;
- c) desempenhar cargo, função ou emprego, ainda que não remunerado, em entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, salvo se licenciado;
- d) manter filiais de seu estabelecimento;
- e) praticar, com ou sem intuito de lucro, atos desnecessários à solução de assuntos a seu encargo, ou protelar-lhes o andamento;
- f) exercer a função com credencial vencida ou suspensa.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa não isenta o Despachante da cível e criminal cabível.

Capítulo VI DOS DIREITOS

Art. 16. São direitos dos Despachantes, enquanto no exercício de suas atividades:

- a) exercer com liberdade suas prerrogativas;



- b) exercer sua atividade na forma prevista do § 1º, do art. 2º da presente lei;
- c) exercer outra atividade privada desde que sem prejuízo de sua condição de Despachante;
- d) não ser punido sem prévio processo administrativo em que seja assegurado a ampla defesa e o contraditório;
- e) representar, perante as autoridades competentes, na defesa de suas atribuições, prerrogativas e direitos, contra quem quer que lhe embarace ou obste;
- f) permutar em caráter definitivo, com outro Despachante, município de atuação.

Capítulo VII DAS PENALIDADES

Art. 17. São penas aplicáveis aos Despachantes:

- I - advertência por escrito;
- II - suspensão;
- III - cassação de credencial.

Art. 18. A pena de advertência será aplicada ao Despachante quando infringir ao disposto no art. 12, alíneas de "a" a "j".

Art. 19. Sujeitar-se-á à pena de suspensão de até 90 (noventa) dias, o Despachante que:

- a) houver sofrido por mais de uma vez a pena de advertência;
- b) infringir ao disposto no art. 14, alíneas de "l" a "p".

§ 1º. Durante o período de cumprimento da pena de suspensão não poderá o Despachante, ou seu preposto, exercer suas atividades perante o DETRAN - PR., sob pena de cassação da credencial.

§ 2º. O DETRAN - PR. designará um Despachante para, durante o período de suspensão, promover o andamento dos processos cometidos por clientes ao Despachante suspenso.

Art. 20. A pena da cassação da credencial será aplicada nos casos de:

- a) prática, no exercício da atividade de Despachante, de ato definido como infração penal;
- b) condenação irrecorrível pela prática de crime previsto nos títulos I, II, X e XI da Parte Especial do Código Penal;
- c) condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão ou detenção, igual ou detenção superior a 02 (dois) anos;
- d) infração ao disposto no art. 15;
- e) infração ao disposto no § 1º, do art. 19.

Art. 21. As penas de suspensão e cassação de credencial serão aplicadas após regular processo administrativo, com prazo de duração de até 30 (trinta) dias contados da notificação prévia do Despachante, prorrogáveis por igual período.

Parágrafo único. Instaurado o processo administrativo, o Despachante poderá ficar suspenso, preventivamente, por no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 22. Na aplicação das penas serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a imagem da administração pública e os prejuízos que causar à categoria dos Despachantes e aos seus comitentes.

Art. 23. Compete ao Diretor Geral do DETRAN - PR. a aplicação das penas de suspensão e cassação de credencial.

Art. 24. Da decisão do Diretor Geral do DETRAN - PR. que aplicar a penalidade caberá recurso ao Secretário de Estado da Segurança Pública, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º. O recurso, pelo mesmo fundamento, só será interposto uma única vez.

§ 2º. O recurso que aplicar a pena de cassação de credencial não terá efeito suspensivo.

Art. 25. Da decisão que aplicar a pena de advertência caberá recurso ao Diretor Geral do DETRAN - PR., no prazo de 10 (dez) dias.

Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. O Despachante de Trânsito poderá ser transferido de município, desde que haja permuta com outro Despachante.

Art. 27. Incorrerá em responsabilidade o servidor público que permitir que pessoa não devidamente credenciada exerça a atividade privativa de Despachante de Trânsito.

Art. 28. Os Despachantes de Trânsito estão sujeitos a inspeção permanente de suas atividades, através do setor competente DETRAN - PR.

Art. 29. O Despachante de Trânsito que tiver a sua credencial cassada estará impedido de habilitar-se a novo credenciamento.

Art. 30. Fica assegurado aos atuais Despachantes de Trânsito credenciados esta condição, sujeitando-se à presente lei, exceto no que concerne à habilitação e ao credenciamento.

Art. 31. O Poder Executivo regulamentará esta lei em 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de setembro de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Rubens Abrahão Tanure
Secretário de Estado da Segurança Pública



Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 358/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 358/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 078/13.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**

Caline Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246

27/08/13
10h30

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 27/8/13

15:16 26/08/2013 007311 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 358/2013

Projeto de Lei nº. 358/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 78/13

Súmula: Altera a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN.

EMENTA: DETRAN. ATIVIDADE PROFISSIONAL DE DESPACHANTE DE TRANSITO. ALTERAÇÃO NA LEI 12.327/98. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 78/13, tem por alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao DETRAN - PR.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

Dondui
REGIME DE URGÊNCIA ¹



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inc. I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



**na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão. (grifos nossos)**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a
Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão
da Assembléia Legislativa, ao Governador do
Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao
Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifos nossos)**

Verifica-se da leitura do presente, que altera legislação que
versa sobre competência do DETRAN – PR, este submetido à Secretaria de
Segurança Pública do Estado do Paraná. Nesse sentido, importante a menção
de que a Legislação sobre atribuições de Secretarias de Estado são objeto de
iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme o artigo 66 da
Constituição Estadual:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta
Constituição, são de iniciativa privativa do
Governador do Estado as leis que disponham
sobre:**

**IV - criação, estruturação e atribuição das
Secretarias de Estado e órgãos da Administração
Pública.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Dessa forma, vislumbra-se que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei a fim de alterar legislação em vigor.

CONCLUSÃO

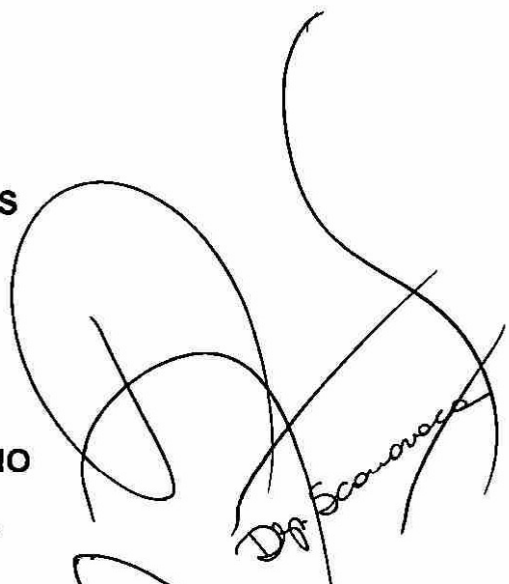
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da EMENDA MODIFICATIVA anexa.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

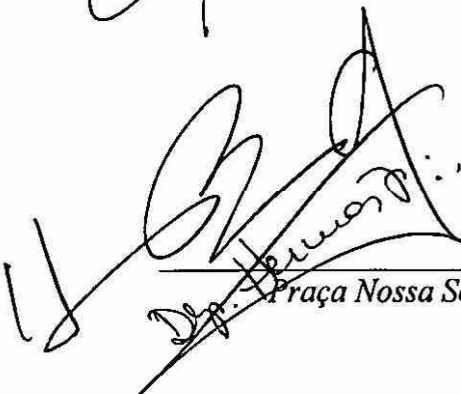

Dep. Pádua


Dep. Scaroni


Dep. Auri

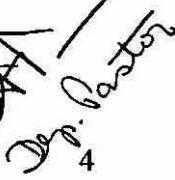

Dep. Turini


Dep. Tadeu


Dep. Hermo

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu


Dep. Pastor



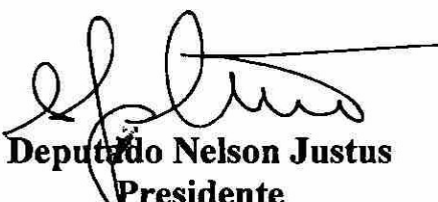
EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 358/2013

**Altera a redação do art. 10º do
Projeto de Lei nº 358/2013**

Art. 1º. O art. 10º do Projeto de Lei nº 358/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 10º Fica revogada a alínea "e" do art. 12, da Lei 12.327 de 21 de setembro de 1998.

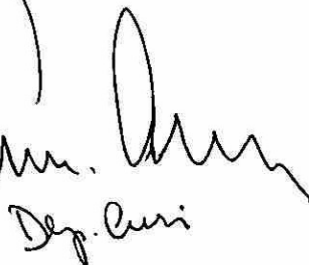
Sala das Comissões, 27 de agosto de 2013.


Deputado Nelson Justus
Presidente

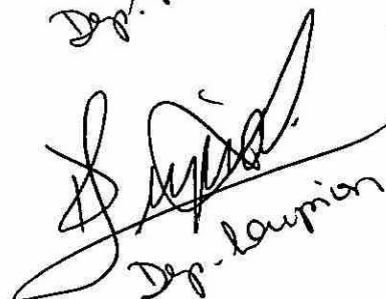

Deputado Ademar Traiano
Relator


Dep. D'Amico


Dep. Feres


Dep. Curi


Dep. Truini


Dep. Loupion


Dep. Scavone



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 358/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 078/13, que objetiva alterar a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, na forma de Emenda Modificativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob os olhares desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que o autor da proposta em tela, informa que a medida visa atender o anseio dos Despachantes de Trânsito, para que se autoriza o aumento de prepostos credenciados, a formação das férias, a regulamentação para licenciamento nos casos de eleição para mandato eletivo e o seguro do exercício de profissão. Em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, a matéria está perfeita consonância.

Assinatura manuscrita



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.


É o parecer.


Sala das Comissões, 04/09/13



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR


QUINTEIRO


PUGLIESE


B. CHAVES


P. 202



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 358/2013

Projeto de Lei nº 358/2013 – Mensagem 078/2013
Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 358/2013**, de autoria do Poder Executivo, altera a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a necessária valorização da atividade de despachante, com a alteração da lei englobam-se direitos merecidos por estes profissionais, priorizando o acesso às informações e a qualificação imediata no atendimento.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 358/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado. A ação condiz aos fatos de que sem dúvida é necessária a busca evidenciada para o papel do Despachante de Trânsito como auxiliar direto do Poder Executivo, já que este profissional passou a desempenhar um papel importantíssimo para a população nos últimos tempos. O objetivo desta Proposição é normatizar adequadamente a lei já existente para que os despachantes possam se tornar os interlocutores diretos da transparência neste processo, interligando a população com o Governo do Estado de uma forma cada vez mais transparente e justa para os próprios profissionais. As alterações apresentadas nesta lei oportunizam a qualidade de vida dos despachantes, além da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



padronização por um trabalho mais preciso e seguro em razão dos benefícios que trará à população. Este mérito volta-se para a importância de se preservar acima de tudo o interesse público, com uma razão que delimita a competência profissional, seus direitos, deveres e principalmente a necessária continuidade de um processo diário, de forma cada vez mais direta e eficaz.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Vale a pena citar a evidência da Mensagem 078/2013 encaminhada pelo Poder Executivo, a qual cita a importante relevância da atividade do Despachante, seus direitos, deveres e principalmente a necessidade de servir diretamente a população:

Para Plácido e Silva, "Despachante deriva do verbo despachar (do italiano dispacciare, desimpedir), o qual possui significado de resolver, expedir, aviar, a pessoa que despacha.. despachante é também pessoa licenciada pela Administração Pública, para nela tratar dos interesses do administrado. (...)".

(Vocabulário Jurídico – De Plácido e Silva – Editora Forense – 27ª Edição, 2007, pag 447 – Apud Mensagem 078/2013)

Lembrando que as alterações citadas nesta Lei garantem os atos já realizados pelos Despachantes de Trânsito, com modificações necessárias apenas para sua implementação e relevância deste trabalho, a partir de uma representatividade digna junto ao Poder Executivo. Destacando que esta proposição em sua legalidade já recebeu manifesto favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, passando nesta análise a vir de encontro ainda a grandes benefícios identificados para a população.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente o direito pela transparência das informações e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição ao vir de encontro ao interesse público e acima de tudo, ao direito dos profissionais, encontra fortes respaldos em seu mérito para ser apoiado por esta comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Ademar Traiano, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, justificando-se que em razão de seus dignos benefícios apontados, evidenciamos que referida proposição merece indiscutivelmente total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 358/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de setembro de 2013.

FRANCISCO BUHNER
Presidente da Comissão

TERCÍLIO TURINI
Relator

Elton Welter

Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk
Teruo Kato



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança do Governo

REQUERIMENTO

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I – RECEBIDO

II – PROTOCOLE-SE

III – DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV – À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

10 SET. 2013

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 11 de setembro de 2013, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 358/2013 e 395/2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias ordinária e extraordinárias, de 11 de setembro de 2013, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projetos de Lei 358/2013 e 395/2013, com diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

15431 10/09/2013 007912 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

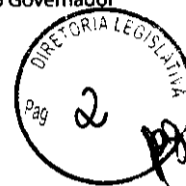


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI

395/13



Súmula: Autoriza, conforme especifica, o aumento do capital social da SANEPAR, a venda de ações de titularidade do Estado na SANEPAR e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º - Fica o Estado do Paraná, acionista controlador da COMPANHIA PARANAENSE DE SANEAMENTO - SANEPAR, autorizado, nos termos do artigo 87, XX, da Constituição do Estado do Paraná, a propor e aprovar o aumento de capital da empresa mediante reversão de valores contabilizados como adiantamento para fins de futuro aumento de capital (AFAC) no saldo atualizado até a data da efetivação do aumento de capital e a emissão de ações preferenciais em benefício do Estado do Paraná.

Parágrafo único – O preço de emissão das ações que serão emitidas em conformidade com o *caput* do presente artigo será aferido mediante a utilização da metodologia empregada em avaliações de empresas, utilizando-se do método de apuração do valor econômico da empresa através do fluxo de caixa descontado, conforme autoriza a Lei nº 6.404/76.

Art.2º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a vender, dar em caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e operações de qualquer natureza, as ações sem direito a voto da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, emitidas em nome do Estado do Paraná.

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no Orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 3º - A fim de garantir a preservação dos interesses do Estado do Paraná em razão da natureza das atividades realizadas pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, fica vedado ao Poder Executivo Estadual



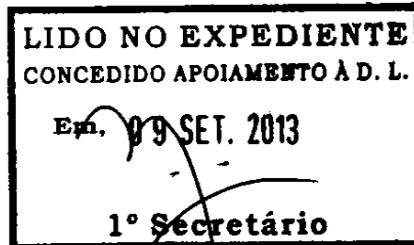
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Estado de Governo

alienar, ou de qualquer forma dispor, das ações ordinárias de sua titularidade na empresa.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Estadual nº 11.963, de 19 de dezembro de 1977.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 02 de setembro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM

Nº 085/2013

Curitiba, 2 de setembro de 2013

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em 05/09/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o aumento de capital da empresa SANEPAR – COMPANHIA PARANAENSE DE SANEAMENTO, assim como a venda de ações preferenciais sem direito a voto tituladas pelo Estado do Paraná.

O Projeto de Lei que ora se encaminha, possibilitará que sejam equalizados os créditos do Estado do Paraná junto à SANEPAR, hoje contabilizados como adiantamento para fins de futuro aumento de capital (AFAC), decorrentes de operações de programas de saneamento oriundos de financiamento internacional.

A aprovação do projeto possibilitará, por meio da reversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) que sejam emitidas ações preferenciais no valor correspondente ao aumento de capital, todas em benefício do Estado do Paraná.

Por outro lado, a autorização que se pretende, inclui a possibilidade de alienação de ações preferenciais tituladas pelo Estado do Paraná e que não integram o grupo de ações que garantem o controle público.

**Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
VVB/Prot. 11.883.149-7**

1545 09/09/2013 007834 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

Exibir Ato

Página para impressão

CASA CIVIL Sistema Estadual de LegislaçãoPublicado no Diário Oficial nº. 5156 de 19 de Dezembro de 1997

Súmula: Autoriza a venda ou oferecimento como garantia, de ações da SANEPAR, conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a vender, dar em caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamentos e operações de qualquer natureza, ações que detém na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, observados os seguintes limites:

I - até a totalidade das ações emitidas em nome do Estado do Paraná, devendo deter sempre no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de ações ordinárias;

II - até a totalidade das ações, emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Art. 2º. Na utilização dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata o art. 1º desta lei, deverão ser observadas as seguintes condições de forma isolada ou cumulativa:

I - aplicações em atividades produtivas;

II - investimentos que gerem efetivo aumento da receita tributária para o Estado;

III - geração de empregos;

IV - atração de capitais para investimentos no Estado; ou

V - investimentos em infra-estrutura.

§ 1º. Fica vedada a utilização de recursos oriundos desta lei, pelo Tesouro do Estado, na efetivação de despesas correntes, ressalvadas aquelas destinadas a atender as contrapartidas de programas especiais e ao incremento da produtividade dos serviços públicos essenciais nas áreas de saúde, segurança e educação.

§ 2º. Deverá o Executivo estadual incorporar ao relatório e ao Balanço Anual do Estado, dados que contenham, entre outras, as seguintes informações:

I - quantidade de ações vendidas;

II - percentagem de ações ordinárias em poder do Executivo Estadual;

III - montante e aplicação dos recursos gerados pelas vendas.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 19 de dezembro de 1997.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Giovani Gionédís
Secretário de Estado da Fazenda

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança do Governo

REQUERIMENTO

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I – RECEBIDO

II – PROTOCOLE-SE

III – DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV – À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

10 SET. 2013

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 11 de setembro de 2013, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 358/2013 e 395/2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias ordinária e extraordinárias, de 11 de setembro de 2013, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projetos de Lei 358/2013 e 395/2013, com diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

15431 10/09/2013 007912 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ